



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000232-53.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Coisas**
 Requerente: **Rio de Janeiro Refrescos Ltda**
 Requerido: **Alessandro Altheia Ass Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos

Trata-se de **AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE cc INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS** para reaver o maquinário descrito a fls. 02, proposta por **RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA** em face de **ALESSANDRO ALTHEIA ASS - ME**, todos devidamente qualificados.

Deferida a liminar pleiteada (fls. 69), na sequência houve a reintegração de posse do bem (fls. 82).

Devidamente citado, o requerido deixou de apresentar defesa (fls. 83), ficando reconhecido em estado de contumácia.

É o relatório.

DECIDO.

A avença foi materializada no instrumento que segue a fls. 47.

O requerido, por outro lado, foi constituído em

1000232-53.2017.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

mora (cf. fls. 49/53).

Citado nos termos do pedido inicial preferiu silenciar; com isso ocasionou a presunção de veracidade de toda a matéria fática ali descrita.

O pedido de rescisão contratual com consequente reintegração e condenação ao pagamento de multa deve, assim, ser acolhido.

Por fim, não merece acolhida o pedido da autora de pagamento dos aluguéis pelo tempo em que a máquina permaneceu em posse da ré após a constituição em mora. De acordo com o parágrafo único do artigo 416, do Código Civil, além da multa, só pode ser cobrada indenização se há previsão contratual. A multa, portanto, serve como uma prefixação da indenização que é devida à parte pelo descumprimento da outra quanto a uma obrigação específica ou quanto ao contrato inteiro.

Pois bem, no caso em tela há multa no contrato, ou seja, as partes prefixaram indenização para o caso de haver descumprimento contratual apto a sua extinção.

Como a autora almeja a aplicação dessa multa não está liberada para pedir a indenização nos termos do artigo 475 do Código Civil.

* * *

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido para o fim de **TRANSFORMAR EM DEFINITIVA** a liminar concedida e **DECLARAR** consolidada a propriedade do bem em mãos da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

autora, assim como sua posse plena e exclusiva, **RESCINDIR** o contrato de venda a crédito com reserva de domínio descrito na inicial e **CONDENAR** a ré ao pagamento da multa prevista na cláusula VI.

Ante a sucumbência quase total fica a requerida condenada ao pagamento das custas e despesas processuais bem como ao pagamento de honorários advocatícios ao procurador da autora que fixo em R\$ 940,00.

Transitada em julgado esta decisão, caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença, fazendo o requerimento necessário nos termos do artigo 523 e 524, do CPC.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 05 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**